



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Demonstrações Contábeis

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
1. Balanço patrimonial	4
2. Demonstração das variações patrimoniais	7
3. Balanço orçamentário.....	9
4. Balanço financeiro	12
5. Demonstração dos fluxos de caixa	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
1 Base de elaboração das demonstrações contábeis	15
1.1 Informações Gerais	15
1.2 Base de Elaboração	15
1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos	15
1.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis.....	16
2 Plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais	18
3 Composição dos principais itens das demonstrações contábeis	19
3.1 Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa.....	19
3.2 Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	21
3.3 Nota 3 – Estoques.....	24
3.4 Nota 4 – Créditos a Longo Prazo	26
3.5 Nota 5 – Demais Créditos a Longo Prazo	26
3.6 Nota 6 – Imobilizado.....	27
3.7 Nota 7 – Intangível.....	29
3.8 Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	29
3.9 Nota 9 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	29
3.10 Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	30
3.11 Nota 11 – Atos Potenciais Ativos.....	30
3.12 Nota 12 – Atos Potenciais Passivos	31
3.13 Nota 13 – Transferências e Delegações Recebidas	32
3.14 Nota 14 – Ganhos com Desincorporação de Passivos.....	32
3.15 Nota 15 – Remuneração de Pessoal e Encargos Patronais	32
3.16 Nota 16 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.....	32
3.17 Nota 17 – Transferências e Delegações Concedidas	33
3.18 Nota 18 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	34

3.19 Nota 19 – Créditos Adicionais	34
3.20 Nota 20 – Receitas Correntes	34
3.21 Nota 21 – Pessoal e Encargos Sociais	35
3.22 Nota 22 – Outras Despesas Correntes	35
3.23 Nota 23 – Investimentos.....	36
3.24 Nota 24 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar	37
3.25 Nota 25 – Transferências Concedidas (DFC).....	39

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço patrimonial

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Ativo	Nota explicativa	2016	2015
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.016.028.989	1.078.607.108
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	7.007.135	6.657.682
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	3	8.201.656	4.645.790
VPDs Pagas Antecipadamente		373.985	257.279
Total do Ativo Circulante		1.031.611.765	1.090.167.859
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		16.232.579	19.080.521
Créditos a Longo Prazo	4	728.052	4.588.610
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		6.555.157	6.555.157
(-) Ajustes para em Créditos de Longo Prazo		(5.827.105)	(1.966.547)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5	15.504.527	14.491.911
Investimentos		-	-
Imobilizado	6	1.115.750.193	973.839.629
Bens Móveis		148.305.314	142.729.414
Bens Móveis		228.516.350	200.279.711
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens		(80.211.036)	(57.550.297)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		967.444.879	831.110.215
Bens Imóveis		969.070.793	831.535.803
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens		(1.625.914)	(425.588)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível	7	18.436.511	16.820.612
Softwares		18.436.511	16.820.612
Softwares		34.458.865	27.900.473
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(16.022.354)	(11.079.861)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Diferido		-	-
Total do Ativo Não Circulante		1.150.419.284	1.009.740.762
Total do Ativo		2.182.031.048	2.099.908.621

(continua)

Balço patrimonial

Exercício: 2016

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)			
Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2016	2015
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	8	5.575.598	2.105.181
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		27.829	4.116.875
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões de Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	10.095.992	273.534.532
Total do Passivo Circulante		15.699.419	279.756.588
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo		6.127	6.127
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões de Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Não Circulante		6.127	6.127
Total do Passivo Exigível		15.705.546	279.762.715
Patrimônio Social e Capital Social			
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		2.166.325.502	1.820.145.906
Resultado do Exercício		218.899.372	(376.564.000)
Resultados de Exercícios Anteriores		1.820.145.906	2.173.477.483
Ajustes de Exercícios Anteriores	10	127.280.224	23.232.424
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		2.166.325.502	1.820.145.906
Total do Passivo passivo e patrimônio líquido		2.182.031.048	2.099.908.621

Fonte: Siafi.

Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

(Lei n. 4.320/1964)

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Ativo			Passivo		
Especificação	2016	2015	Especificação	2016	2015
Ativo Financeiro	1.016.108.399	1.078.614.900	Passivo Financeiro	75.499.517	695.166.204
Ativo	1.165.922.650	1.021.293.721	Passivo Permanente	4.090.741	205.132
			Saldo	2.102.440.791	1.404.537.285

Fonte: Siafi.

Quadro das contas de compensação

(Lei n. 4.320/1964)

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015
Atos Potenciais Ativos	11		
Execução dos Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		46.928.398	38.142.735
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		-	-
Direitos Contratuais a Executar		1.699.216	1.653.496
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		48.627.614	39.796.231
Atos Potenciais Passivos	12		
Execução dos Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar		107.538	-
Obrigações Contratuais a Executar		743.316.765	950.229.507
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos		743.424.303	950.229.507

Fonte: Siafi.

Quadro do superávit/déficit financeiro

(Lei n. 4.320/1964)

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Destinação de recursos	Superávit/déficit financeiro
Recursos Ordinários	355.261.849
Recursos Vinculados	585.347.032
Seguridade Social (Exceto RGPS)	49.872.730
Alienação de Bens e Direitos	546.036
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	534.928.266
Total	940.608.881

Fonte: Siafi.

2. Demonstração das variações patrimoniais

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015	AV
Variações Patrimoniais Aumentativas		5.683.395.060	5.443.940.240	100
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-	-
Contribuições		-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.542.575	14.329.061	0%
Venda de Mercadorias		58.834	48.849	0%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		2.483.741	14.280.212	0%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		66.226.878	63.007.719	1%
Juros e Encargos de Mora		1.929.754	614.091	0%
Variações Monetárias e Cambiais		46.272	4.823.858	0%
Remuneração de depósitos bancários e Aplicações Financeiras	1	64.250.852	57.569.770	1%
Transferências e Delegações Recebidas	13	5.268.261.566	4.679.098.408	93%
Transferências Intragovernamentais		5.263.925.405	4.672.145.021	93%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.336.161	6.953.387	0%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos		333.023.958	674.352.252	6%
Reavaliação de Ativos	6	195.028.872	4.778	3%
Ganhos com Alienação		546.036	102.664	0%
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.404.967	26.322.884	0%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	14	135.044.083	647.921.926	2%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		13.340.082	13.152.800	0%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		4.680.811	763.296	0%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		8.659.271	12.389.504	0%
Variações Patrimoniais Diminutivas		5.464.495.688	5.820.504.240	100
Pessoal e Encargos		2.964.121.037	2.969.774.908	54%
Remuneração a Pessoal	15	2.276.246.835	2.300.574.467	42%
Encargos Patronais	15	432.127.668	427.764.342	8%
Benefícios a Pessoal		232.523.116	201.087.997	4%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos.		23.223.418	40.348.102	0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.585.575.300	1.453.810.676	29%
Aposentadorias e Reformas		1.253.745.622	1.141.038.190	23%
Pensões		330.574.271	311.228.469	6%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.255.407	1.544.017	0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		558.895.773	431.441.764	10%
Uso de Material de Consumo		10.711.295	13.122.158	0%
Serviços	16	517.842.034	391.889.966	9%
Depreciação, Amortização e Exaustão	6, 7	30.342.444	26.429.640	1%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		208.903	363.421	0%
Juros e Encargos de Mora		208.524	362.755	0%
Variações Monetárias e Cambiais		379	666	0%
Transferências e Delegações Concedidas	17	82.299.110	19.579.477	2%
Transferências Intragovernamentais		76.875.955	11.755.696	1%
Transferências a Instituições Privadas		14.000	10.000	0%
Transferências ao Exterior		874.766	815.853	0%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		4.534.389	6.997.928	0%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		95.179.820	799.028.488	2%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	6, 2, 4	10.501.825	2.295.926	0%
Perdas com Alienação		120.538	-	0%
Perdas Involuntárias		260.439	1.896.224	0%
Incorporação de Passivos		265.222	764.923.933	0%
Desincorporação de Ativos	6	84.031.796	29.912.405	2%

(continua)

Demonstração das variações patrimoniais

Exercício: 2016

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015	AV
Tributárias		548.690	307.712	0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		267.210	125.470	0%
Contribuições		281.480	182.242	0%
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		-	-	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		177.667.055	146.197.794	3%
Premiações		6.780	-	0%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	18	177.660.275	146.197.794	3%
Resultado Patrimonial do Período		218.899.372	(376.564.000)	

Fonte: Siafi.

3. Balanço orçamentário

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)					
Receitas orçamentárias	Nota explicativa	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	20	12.384.177	12.384.177	73.025.638	60.641.461
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		2.759.943	2.759.943	66.343.471	63.583.528
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		2.759.943	2.759.943	2.092.619	(667.324)
Valores Mobiliários		-	-	64.250.852	64.250.852
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		45.154	45.154	75.836	30.682
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		45.154	45.154	75.836	30.682
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		9.579.080	9.579.080	6.606.331	(2.972.749)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		621.491	621.491	1.071.514	450.023
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		8.957.589	8.957.589	5.501.339	(3.456.250)
Demais Receitas Correntes		-	-	33.478	33.478
Receitas De Capital		-	-	546.036	546.036
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	546.036	546.036
Alienação de Bens Móveis		-	-	546.036	546.036
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Subtotal das Receitas		12.384.177	12.384.177	73.571.675	61.187.498
Refinanciamento		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento		12.384.177	12.384.177	73.571.675	61.187.498
Déficit				5.178.334.684	5.178.334.684
Total		12.384.177	12.384.177	5.251.906.359	5.239.522.182
Detalhamento Dos Ajustes Na Previsão Atualizada	19	-	24.701.537	24.701.537	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Execução de Arrecadação		-	24.701.537	24.701.537	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-

(continua)

Balanço orçamentário

Exercício: 2016

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Dotação inicial (e)	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes		5.200.094.409	5.309.930.217	5.222.310.511	5.185.863.149	5.183.488.697	87.619.706
Pessoal e Encargos Sociais	21	4.355.329.456	4.366.121.875	4.303.099.835	4.301.549.375	4.301.549.375	63.022.040
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22	844.764.953	943.808.342	919.210.676	884.313.774	881.939.322	24.597.666
Despesas de Capital		75.634.618	48.416.087	29.595.848	21.937.929	21.906.867	18.820.239
Investimentos	23	75.634.618	48.416.087	29.595.848	21.937.929	21.906.867	18.820.239
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência		40.000	40.000	-	-	-	40.000
Reserva do RPPS		-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas		5.275.769.027	5.358.386.304	5.251.906.359	5.207.801.078	5.205.395.564	106.479.945
Amortização da Dívida/Refin.		-	-	-	-	-	-
Amort. da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amort. da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento		5.275.769.027	5.358.386.304	5.251.906.359	5.207.801.078	5.205.395.564	106.479.945
Total		5.275.769.027	5.358.386.304	5.251.906.359	5.207.801.078	5.205.395.564	106.479.945

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar não processados

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
Despesas		266.623.187	98.267.574	73.429.712	73.427.387	284.428.814	7.034.560
Pessoal e Encargos Sociais		256.949.912	11.708.000	9.787.000	9.787.000	257.049.912	1.821.000
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		9.673.275	86.559.574	63.642.712	63.640.387	27.378.902	5.213.560
Despesas de Capital		24.731.108	29.705.272	38.084.047	37.981.967	3.577.309	12.877.104
Investimentos		24.731.108	29.705.272	38.084.047	37.981.967	3.577.309	12.877.104
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Total	24	291.354.295	127.972.846	111.513.759	111.409.354	288.006.123	19.911.664

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

R\$ (valores arredondados)

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes		166.203	5.611.850	4.050.259	-	1.727.794
Pessoal e Encargos Sociais		-	607.302	607.302	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		166.203	5.004.548	3.442.957	-	1.727.794
Despesas de Capital		3.121.458	371.769	367.133	-	3.126.094
Investimentos		3.121.458	371.769	367.133	-	3.126.094
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
Total	24	3.287.661	5.983.619	4.417.392	-	4.853.888

Fonte: Siafi.

4. Balanço financeiro

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015
Ingressos			
Receitas Orçamentárias	20	73.571.675	78.821.245
Ordinárias		396.533	789.386
Vinculadas		73.711.668	78.315.104
Alienação de Bens e Direitos		546.036	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		73.165.632	78.315.104
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(536.526)	(283.245)
Transferências Financeiras Recebidas	13	5.263.925.405	4.672.133.403
Resultantes da Execução Orçamentária		5.263.895.903	4.671.893.961
Cota Recebida		5.263.850.099	4.664.148.920
Repasse Recebido		45.804	7.745.041
Independentes da Execução Orçamentária		29.502	239.442
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		16.635	-
Demais Transferências Recebidas		-	231.724
Movimentação de Saldos Patrimoniais		12.867	7.718
Aporte ao RPPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		49.995.572	138.509.791
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		2.405.514	4.096.097
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		44.105.281	127.972.847
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.480.879	6.431.496
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.898	9.351
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.898	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	6
Demais Recebimentos		-	9.345
Saldo do Exercício Anterior		1.078.607.108	1.553.759.434
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.078.607.108	1.553.759.434
Total		6.466.099.761	6.443.223.875

(continua)

Balanço financeiro

Exercício: 2016

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)			
Especificação	Nota explicativa	2016	2015
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias	21, 22, 23	5.251.906.359	5.093.693.334
Ordinárias		4.666.100.230	4.598.193.133
Vinculadas		585.806.129	495.500.201
Educação		-	1.600
Seguridade Social (Exceto RGPS)		553.940.407	488.839.296
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		31.865.722	6.659.305
Transferências Financeiras Concedidas		76.875.955	11.744.079
Resultantes da Execução Orçamentária		76.449.919	10.715.251
Repasse Concedido		448.021	7.715.251
Cota Devolvida	17	76.001.898	3.000.000
Independentes da Execução Orçamentária		426.036	1.028.828
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		16.635	-
Demais Transferências Concedidas		-	231.724
Movimento de Saldos Patrimoniais		409.401	797.104
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Despesas Extraorçamentárias		121.288.458	259.179.354
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	24	4.417.392	6.896.846
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24	111.409.355	211.036.657
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.390.093	5.758.068
Outros Pagamentos Extraorçamentários		71.618	35.487.783
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-	45.632
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-	35.436.634
Valores Compensados		71.296	5.517
Demais Pagamentos		322	-
Saldo para o Exercício Seguinte		1.016.028.989	1.078.607.108
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.016.028.989	1.078.607.108
Total		6.466.099.761	6.443.223.875

Fonte: Siafi.

5. Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos		5.340.431.923	4.757.292.832
Receitas Derivadas e Originárias		73.025.638	78.718.582
Receita Patrimonial		2.092.619	13.625.479
Receita de Serviços		75.836	68.838
Remuneração das Disponibilidades	1	64.250.852	57.569.770
Outras Receitas Derivadas e Originárias		6.606.331	7.454.495
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		5.267.406.285	4.678.574.250
Ingressos Extraorçamentários		3.480.879	6.431.496
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	6
Transferências Financeiras Recebidas	13	5.263.925.406	4.672.133.403
Demais Recebimentos		-	9.345
Desembolsos		(5.343.300.111)	(5.145.264.557)
Pessoal e Demais Despesas		(4.830.953.899)	(4.666.695.938)
Legislativo		(3.246.551.258)	(3.199.212.109)
Previdência Social		(1.584.406.539)	(1.467.436.597)
Educação		-	(1.600)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.898	(45.632)
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas	25	(430.008.546)	(425.624.321)
Intragovernamentais		(429.134.477)	(424.813.194)
Outras Transferências Concedidas		(874.069)	(811.127)
Outros Desembolsos das Operações		(82.337.666)	(52.944.298)
Dispêndios Extraorçamentários		(5.390.093)	(5.758.068)
Transferências Financeiras Concedidas	17	(76.875.955)	(11.744.079)
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-	(35.436.634)
Valores Compensados		(71.296)	(5.517)
Demais Pagamentos		(322)	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(2.868.188)	(387.971.725)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Ingressos		546.036	102.664
Alienação de Bens		546.036	102.664
Desembolsos		(60.255.967)	(87.283.266)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(54.788.822)	(76.849.306)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(5.467.145)	(10.433.960)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(59.709.931)	(87.180.602)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ingressos		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
Desembolsos		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		(62.578.119)	(475.152.327)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1	1.078.607.108	1.553.759.435
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1	1.016.028.989	1.078.607.108

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 Base de elaboração das demonstrações contábeis

1.1 Informações Gerais

A Câmara dos Deputados é órgão do Poder Legislativo, inscrito no CNPJ sob número 00.530.352/0001-59, e está localizada em Brasília, na Praça dos Três Poderes.

As demonstrações contábeis foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UGs) constantes da tabela abaixo:

Tabela A1 – Unidades gestoras consolidadas

Órgão	Unidade gestora
01000 – Câmara dos Deputados	010001 – Câmara dos Deputados
	010100 – CD – Projetos financiados com recursos externos
	010101 – CD – Projetos financiados com recursos externos – Exterior
01901 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	010090 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

Fonte: Siafi.

As demonstrações são compostas por: balanço patrimonial (BP), balanço orçamentário (BO), balanço financeiro (BF), demonstração das variações patrimoniais (DVP) e demonstração dos fluxos de caixa (DFC). Essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2016, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

1.2 Base de Elaboração

As demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 6ª edição, bem como em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei n. 4.320, de 1964, a Lei Complementar n. 101, de 2000, e com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao setor público.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações consideradas relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Câmara dos Deputados faz uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. Os principais julgamentos e estimativas estão relacionados a seguir:

a) No ajuste para riscos de não recebimento de créditos, consideram-se a natureza, o prazo de vencimento e histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

b) O valor histórico dos bens móveis adquiridos até 31/12/2009 foi avaliado a valor justo para se obter uma base monetária confiável, a fim de submetê-los ao processo de depreciação. As comissões de avaliação utilizaram o recurso da pesquisa em vários sítios de venda de mercadorias e também fórmulas de cálculo, onde se consideram a natureza e as particularidades de cada grupo de bens, conforme se observa nos relatórios disponíveis no [portal](#)¹ da Câmara. A vida útil e o valor residual utilizados são os definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo:

Tabela A2 – Tabela de vida útil e valor residual

Conta contábil	Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.20	Máquinas e utensílios agropecuário/rodoviário	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
12311.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.09.00	Armamentos	20	15%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual Siafi – Macrofunção 02.03.30.

c) O prazo de vida útil estipulado para os *software* é de 5 (cinco) anos.

d) Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que, conforme o Departamento de Material e Patrimônio, os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

1.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

1.4.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas e avaliadas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

¹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-orcamentaria-financeira-e-contabil/contabilidade-da-camara/procedimentos-contabeis-patrimoniais/reavaliacao-de-bens-moveis>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

1.4.2 Créditos e dívidas

Os créditos a receber e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original.

Os créditos a receber são atualizados com base na variação da Selic do período de dezembro de 2015 a novembro de 2016.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual é reduzida ou anulada quando os motivos que a originam deixam de existir.

A constituição ou baixa por competência dos passivos de 13º salário e do adicional de 1/3 de férias são registradas mensalmente, efetuando-se as compensações dos adiantamentos existentes.

1.4.3 Estoques

Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou produção; e na saída, pelo custo médio ponderado. A Câmara dos Deputados possui 8 almoxarifados, conforme detalhado a seguir:

Tabela A3 – Registros contábeis – almoxarifado

Almoxarifado	Sigla	Conta contábil
Almoxarifado de Material de Consumo I	AMCO I	1.1.5.6.1.08.00 Materiais de expediente
Almoxarifado de Material de Consumo II	AMCO II	1.1.5.6.1.03.00 Materiais de construção
Almoxarifado de Material de Consumo III	AMCO III	1.1.5.6.1.01.00 Materiais de consumo
Almoxarifado de Material de Consumo SIA	AMCO SIA	1.1.5.6.1.08.00 Materiais de expediente
Almoxarifado de Material Médico	AMMED	1.1.5.6.1.06.00 Medicamentos e materiais hospitalares
Almoxarifado de Vestuário e Uniformes	AVEU	1.1.5.6.1.01.00 Materiais de consumo
Almoxarifado de Material de Transportes	ATRAN	1.1.5.6.1.05.00 Autopeças
Almoxarifado de Material Bibliográfico Destinado à Venda	–	1.1.5.1.1.01.01 Mercadorias para venda ou revenda*

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

* Trata-se de livros produzidos pela gráfica desta Casa destinados à venda (livraria virtual)².

1.4.4 Imobilizado

O imobilizado, composto pelos bens móveis e imóveis, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à reavaliação e redução ao valor recuperável, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em relação aos bens imóveis, destaca-se que são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Esse sistema está integrado com o Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

² Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

1.4.5 Intangível

O ativo intangível é formado exclusivamente pelos *software* adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada.

A amortização é calculada pelo método linear ou de quotas constantes e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

1.4.6 Reavaliação

A Câmara dos Deputados realizou os ajustes nos valores dos bens adquiridos antes de 2009, a fim de alcançar uma base monetária confiável. Esse ajuste teve como base, via de regra, o respectivo valor de mercado, respeitando-se as especificações iguais, similares ou aproximadas. Após a adequação da base monetária dos bens móveis, procedeu-se à reavaliação, submetendo-se, inicialmente, os veículos de tração mecânica ao valor de mercado no ano de 2015. No exercício de 2016, foi dado prosseguimento à reavaliação de aparelhos e equipamentos de comunicação, industriais, áudio, vídeo e foto, além de equipamentos de processamento de dados.

Em relação aos bens imóveis, foi efetuada atualização dos valores históricos no exercício de 2016, conforme Portaria Conjunta SPU-STN n. 703/2014, com base no percentual acumulado, de 17,99%, utilizado para correção da pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), para os exercícios de 2015 e 2016.

2 Plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais

Em 24 de setembro de 2015, foi publicada a Portaria STN n. 548 que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com a descrição dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos. No âmbito da Câmara dos Deputados, a implantação desses procedimentos é demonstrada conforme tabela abaixo:

Tabela A4 – Procedimentos contábeis patrimoniais – Câmara dos Deputados

Procedimento	Ações
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	Não se aplica à Câmara dos Deputados.
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Não se aplica à Câmara dos Deputados.
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Os créditos a receber na Câmara dos Deputados estão devidamente reconhecidos no balanço patrimonial. É constituído ajuste para perdas decorrentes de possível não recebimento integral de tais créditos.
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	Existe minuta de portaria, em fase de exame, com o objetivo de comunicar as possíveis obrigações que podem levar ao reconhecimento de provisões pela Câmara dos Deputados, bem como de evidenciação de passivos contingentes
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Procedimentos implantados.
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.

Procedimento	Ações
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	As obrigações por competência da Câmara dos Deputados já vêm sendo reconhecidas, mensuradas e evidenciadas.
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	Existe minuta de portaria, em fase de exame, com o objetivo de comunicar as possíveis obrigações para reconhecimento por competência.
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>software</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução ao valor recuperável.	Desde 2010, os <i>software</i> adquiridos pela Câmara dos Deputados são mensurados com base no valor de aquisição, deduzidos da respectiva amortização acumulada. Em 2012, a Casa mostrou-se receosa em estimar de maneira segura o valor de cada <i>software</i> produzido, em razão da inexistência de um sistema de custos, da escassez de recursos humanos disponíveis para tal tarefa e da ausência de normatização que apresente os parâmetros específicos para apuração dos insumos utilizados no desenvolvimento desses sistemas. Assim, o seu reconhecimento contábil continua em fase de estudo, tendo sido objeto de consulta à STN, que se limitou a dar orientações gerais, conforme Mensagem CCONT/STN n. 2017/0192856.
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou produção; e na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perdas em estoques, tendo em vista que, devido aos tipos de materiais estocados e aos controles existentes, as perdas quando ocorridas são insignificantes.
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	No que diz respeito às IPSAS relacionadas a procedimentos patrimoniais não tratadas em tópicos anteriores, no momento, não se aplicam ao caso da Câmara dos Deputados.

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

3 Composição dos principais itens das demonstrações contábeis

3.1 Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

Tabela A5 – Caixa e equivalentes de caixa

Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
			AV	AH
Conta Única – subconta do Tesouro	558.720.624	494.160.526	55%	13%
UG 010090 – recursos da Conta Única aplicados	558.720.624	494.160.526	55%	13%
Bancos conta movimento – demais contas	1.512.669	1.599.501	0,1%	-5%
UG 010001 – Caixa Econômica Federal	1.512.669	1.599.501	0,1%	-5%
Limite de saque com vinculação de pagamento	455.795.695	582.847.081	44,9%	-22%
UG 010001	454.560.354	579.207.145	44,8%	-22%
UG 010090	1.235.342	3.639.936	0,1%	-66%
Total	1.016.028.989	1.078.607.108	100%	-6%

Fonte: Siafi.

▪ **Conta Única – subconta do Tesouro**

Como se observa na tabela A5, 55% das disponibilidades são recursos aplicados na Conta Única do Tesouro decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da CD (FRCD).

A variação positiva de 13,1% se deve, principalmente, aos juros auferidos com essas aplicações, no valor de R\$ 64,25 milhões.

▪ **Limite de saque com vinculação de pagamento**

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira para atender a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). O detalhamento do limite de saque recebido por este órgão consta da tabela abaixo:

Tabela A6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

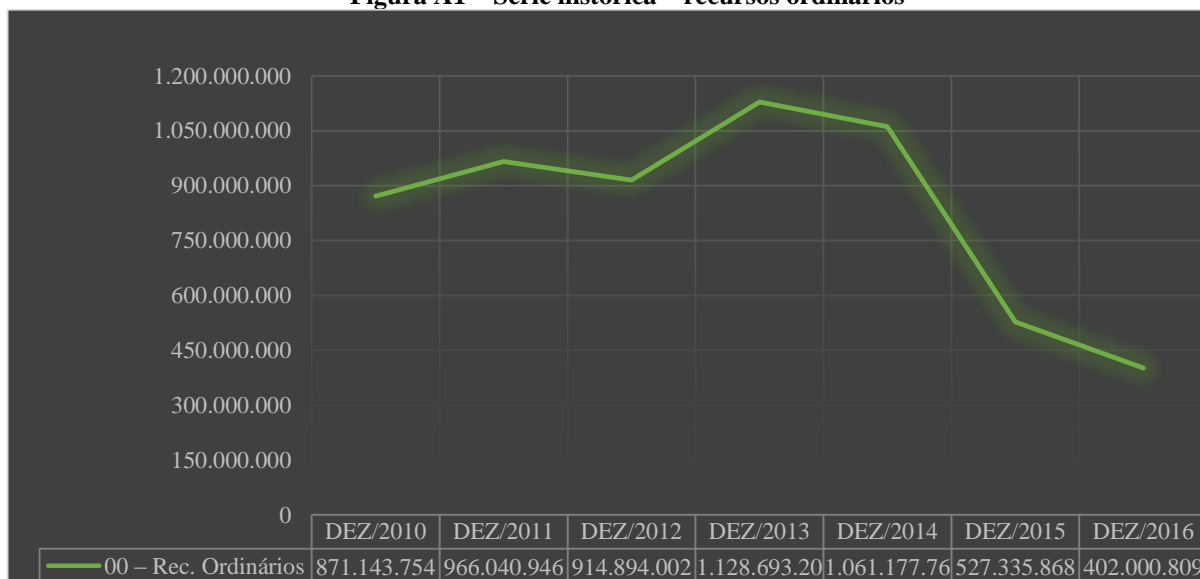
Identificação dos recursos	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
			AV	AH
00 – Recursos ordinários	402.000.809	527.335.868	88,2%	-23,8%
12 – Recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino	0	1.600	0%	-
50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados	1.221.993	1.114.337	0,3%	9,7%
51 – Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	555.501	555.501	0,1%	0%
53 – Contribuição para financiamento da seguridade social	26.392.457	26.392.457	5,8%	0%
69 – Contribuição patronal para plano de seguridade social do servidor	22.924.772	22.924.772	5,0%	0%
90 – Recursos diversos	2.700.163	4.522.546	0,6%	-40,3%
Total	455.795.695	582.847.081	100%	-21,8%

Fonte: Siafi.

Verifica-se que 88,2% do limite de saque é de recursos ordinários, ou seja, não possui uma vinculação específica e pode ser alocados discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.

A figura abaixo demonstra o comportamento desses recursos ao longo dos anos:

Figura A1 – Série histórica – recursos ordinários



Fonte: Tesouro Gerencial.

Percebe-se uma diminuição do saldo dos recursos financeiros disponíveis na fonte de vinculação 00 (recursos ordinários), com destaque para o seguinte fato: recebimento a menor de cota, no montante de R\$ 460,6 milhões, em 2015, após o cotejamento, pela STN, dos restos a pagar cancelados e o financeiro disponível neste órgão.

3.2 Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Tabela A7 – Demais créditos e valores a curto prazo

Detalhamento	Valores em reais			
	31/12/2016	31/12/2015	AV	AH
Adiantamentos concedidos	0	681.895	0,0%	-
Tributos a recuperar/compensar	79.088	7.792	0,7%	915%
Créditos por danos ao patrimônio	7.815.385	6.046.069	70,1%	29%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	3.252.432	2.226.841	29,2%	46%
	11.146.905	8.962.597	100%	24%
Ajustes para perdas				
(-) Ajustes para perdas	(4.139.770)	(2.304.915)	-	80%
Total	7.007.135	6.657.682	-	-

Fonte: Siafi.

▪ Créditos por danos ao patrimônio

Compreende os créditos a receber oriundos de danos ao patrimônio que foram apurados em processos administrativos (21,7%) e os apurados em tomada de contas especial (78,3%).

– Créditos por danos ao patrimônio de créditos administrativos

Os créditos administrativos (conta 1.1.3.4.1.01.00) são registrados na contabilidade após apurado seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos superiores a R\$ 1.000,00, que não tenham sido quitados em processo de cobrança

administrativa, são encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF n. 75/2012. A tabela abaixo apresenta o detalhamento desses créditos:

Tabela A8 – Composição da conta 1.1.3.4.1.01.00

Detalhamento	Valores em reais			
	31/12/2016	31/12/2015	AV	AH
1.1.3.4.1.01.01 – Crédito a receber por folha de pagamento	1.397.878	111.140	82%	1158%
1.1.3.4.1.01.02 – Crédito a receber por dano ao patrimônio	60.093	49.552	4%	21%
1.1.3.4.1.01.04 – Crédito a receber por dolo, má-fé ou fraude	118.701	235.925	7%	-50%
1.1.3.4.1.01.05 – Crédito a receber de servidor não recolhido no prazo	4.299	4.299	0%	0%
1.1.3.4.1.01.06 – Crédito a receber por débito de terceiros em prestação de serviços	928	928	0%	0%
1.1.3.4.1.01.07 – Crédito a receber por multa/juros servidor responsabilizado	663	663	0%	0%
1.1.3.4.1.01.08 – Crédito a receber por uso indevido de cotas	68.839	71.446	4%	-4%
1.1.3.4.1.01.09 – Crédito a receber oriundo de uso ou aluguéis	47.612	71.296	3%	-33%
1.1.3.4.1.01.99 – Outros créditos administrativos	319	319	0%	0%
Total	1.699.332	545.568	100%	211%

Fonte: Siafi.

A variação de maior relevância foi decorrente do registro de crédito a receber da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1.259.102,00, em função do não ressarcimento do valor pago a título de encargos patronais das contribuições previdenciárias, em razão de servidor da Câmara dos Deputados ter prestado serviço naquela Casa Legislativa.

– *Créditos por danos ao patrimônio apurado em tomada de contas especial (TCE)*

O detalhamento desses créditos encontra-se na tabela abaixo.

Tabela A9 – Composição da conta 1.1.3.4.1.02.00

Detalhamento	Valores em reais			
	31/12/2016	31/12/2015	AV	AH
1.1.3.4.1.02.01 – Crédito a receber decorrentes de pagamentos indevidos – TCE	5.105.977	4.344.921	83%	18%
1.1.3.4.1.02.02 – Crédito a receber de servidor não recolhidos no prazo – TCE	37.593	37.593	1%	0%
1.1.3.4.1.02.03 – Crédito a receber decorrentes de desfalque ou desvio – TCE	258.895	213.431	4%	21%
1.1.3.4.1.02.05 – Crédito a receber de responsáveis por dano/perda – TCE	135.576	298.753	2%	-55%
1.1.3.4.1.02.14 – Crédito a receber por uso indevido de cota – TCE	453.290	313.586	7%	45%
1.1.3.4.1.02.15 – Crédito a receber oriundo de uso ou aluguéis – TCE	99.704	268.071	2%	-63%
1.1.3.4.1.02.99 – Outros créditos a receber apurados – TCE	25.018	24.146	0%	4%
Total	6.116.053	5.500.501	100%	11%

Fonte: Siafi.

Observa-se que 83% dos créditos administrativos apurados em TCE são decorrentes de pagamentos indevidos. Desse total, grande parte decorre de pagamento indevido de benefício de pensão civil, conforme apuração efetuada de acordo com a determinação do TCU no Acórdão n. 5.130/2014-TCU-1º Câmara.

A variação negativa na conta 1.1.3.4.1.02.05 (55%) é decorrente de quitação de débito. Já as variações ocorridas nas 1.1.3.4.1.02.14 (45%) e 1.1.3.4.1.02.15 (-63%) decorrem, principalmente, de reclassificações contábeis.

▪ **Outros créditos a receber e valores a curto prazo**

Compreende os créditos e valores realizáveis no curto prazo advindos de direitos obtidos junto a diversos devedores. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos créditos a receber classificados nesse grupo:

Tabela A10 – Outros créditos a receber e valores de curto prazo – composição

Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
			AV	AH
1.1.3.8.1.07.00 – Crédito a receber decorrentes de infrações	1.366.565	1.415.251	42%	-3%
1.1.3.8.1.13.00 – Crédito a receber por cessão de áreas públicas	1.769.116	636.401	54%	178%
1.1.3.8.1.15.00 – Crédito a receber por pagamento de despesas de terceiros	116.429	175.189	4%	-34%
1.1.3.8.1.17.00 – Crédito a receber decorrentes de folha de pagamento	322	0	0%	-
Total	3.252.432	2.226.841	100%	46%

Fonte: Siafi.

Os créditos a receber decorrentes de infrações e os créditos por cessão de áreas públicas representam 96% desse grupo. Em relação aos primeiros, são créditos relacionados a multas contratuais cujos registros mais relevantes estão detalhados abaixo:

Tabela A11 – Infrações mais relevantes – conta 1.1.3.8.1.07.00

CNPJ	Empresa	Valores em reais	
		31/12/2016	31/12/2015
01.778.268/0001-11	Sérgio Rodrigues dos Passos – PW Engenharia e Construções	632.699	813.003
60.872.173/0001-21	Transbrasil S.A.	110.039	110.039
01.579.387/0001-45	Investiplan Computadores e Sistemas de Refrigeração Ltda.	107.414	90.879
04.356.735/0001-03	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda. – ME	106.266	0
	Demais empresas	410.147	401.330
Total		1.366.565	1.415.251

Fonte: Siafi.

Os créditos a receber por cessão de áreas públicas compreendem os registros contábeis dos aluguéis devidos à Câmara dos Deputados pela utilização do espaço físico. No decorrer do ano, é efetuado o lançamento do crédito a receber por competência com base nos contratos; depois, com o recebimento dos valores, é feita a baixa.

Verifica-se, na tabela abaixo, que houve variação expressiva nesse item, que pode ser explicada, principalmente, pelas penalidades aplicadas à empresa Central Park Restaurante, por descumprimento contratual.

Tabela A12 – Maior variação na conta contábil 11381.13.00 – créditos a receber por cessão de áreas públicas

CNPJ	Empresa	Valores em reais		
		2016	2015	AH (%)
10.580.005/0001-94	Central Park Restaurante e Eventos Ltda. – ME	1.726.121	443.036	290%

Fonte: Siafi.

▪ **Ajustes para perdas**

A tabela a seguir apresenta os saldos dos ajustes para perdas prováveis sobre os créditos a receber a curto prazo e suas variações.

Tabela A13 – Ajustes para perdas prováveis sobre demais créditos e valores a curto prazo

Valores em reais

Subgrupo/ conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	AH
1.1.3.4.1.01.00	Crédito por dano ao patrimônio de crédito administrativo	(643.210)	(163.670)	293%
1.1.3.4.1.02.00	Crédito por dano ao patrimônio apurado em TCE	(2.444.119)	(1.650.150)	48%
1.1.3.8.1.07.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber decorrentes de infrações	(488.032)	(408.894)	19%
1.1.3.8.1.13.00	Outros créditos a rec. e valores a curto prazo – créditos a receber por cessão de áreas públicas	(517.836)	(14.186)	3.550%
1.1.3.8.1.15.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber por pagamento despesas de terceiros	(46.572)	(68.015)	-32%
Total		(4.139.770)	(2.304.915)	80%

Fonte: Siafi.

Ressalta-se que as maiores variações foram decorrentes dos ajustes para perdas nos créditos a receber por folha de pagamento (conta 1.1.3.4.1.01.01) e nos créditos a receber por cessão de áreas públicas (1.1.3.8.1.13.00). Aquele pelo reconhecimento de créditos a receber da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e este pelo reconhecimento de créditos a receber da empresa Central Park, conforme relatados anteriormente.

3.3 Nota 3 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos principalmente com o objetivo de utilização no curso normal das atividades. A seguir, apresenta-se a composição desses estoques:

Tabela A14 – Estoques – composição

Valores em reais

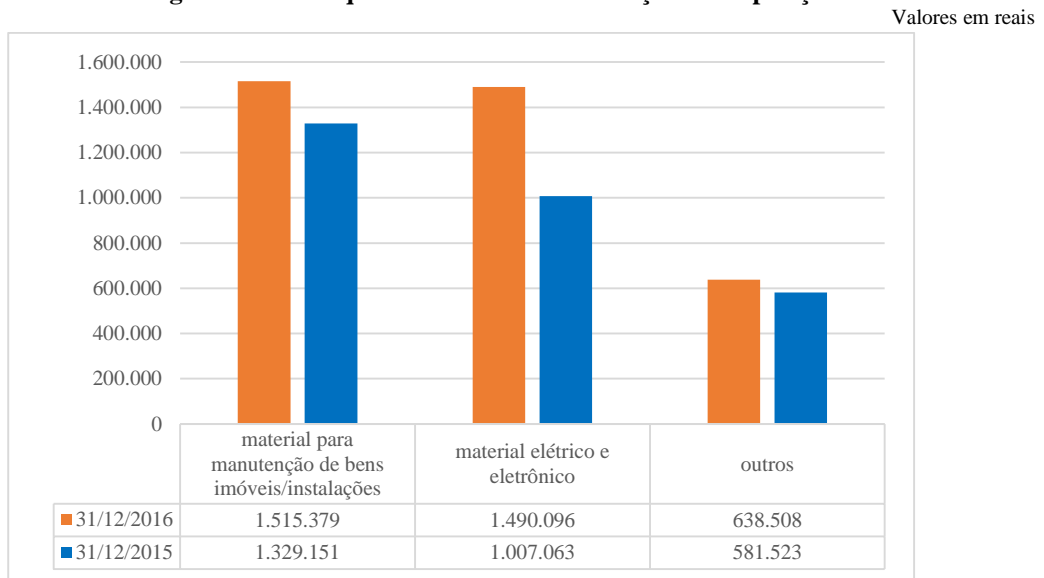
Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	AV
1.1.5.1.1.01.01	Mercadorias para venda ou revenda	47.761	0,00	1%
1.1.5.6.1.01.00	Materiais de consumo	421.614	264.728	5%
1.1.5.6.1.03.00	Materiais de construção	3.643.982	2.917.736	44%
1.1.5.6.1.05.00	Autopeças	169.888	96.745	2%
1.1.5.6.1.06.00	Medicamentos e materiais hospitalares	269.128	160.956	3%
1.1.5.6.1.07.00	Materiais gráficos	104.628	0,00	1%
1.1.5.6.1.08.00	Materiais de expediente	3.425.560	1.205.625	42%
1.1.5.8.1.05.00	Importações em andamento – estoque	119.095	0,00	1%
Total		8.201.656	4.625.790	100%

Fonte: Siafi.

- **Materiais de construção**

Esta conta engloba o estoque do AMCO II. Como se observa na figura A2, os itens mais relevantes são os relacionados a material para manutenção de bens imóveis e instalações e material elétrico e eletrônico.

Figura A2 – Estoque – materiais de construção – composição

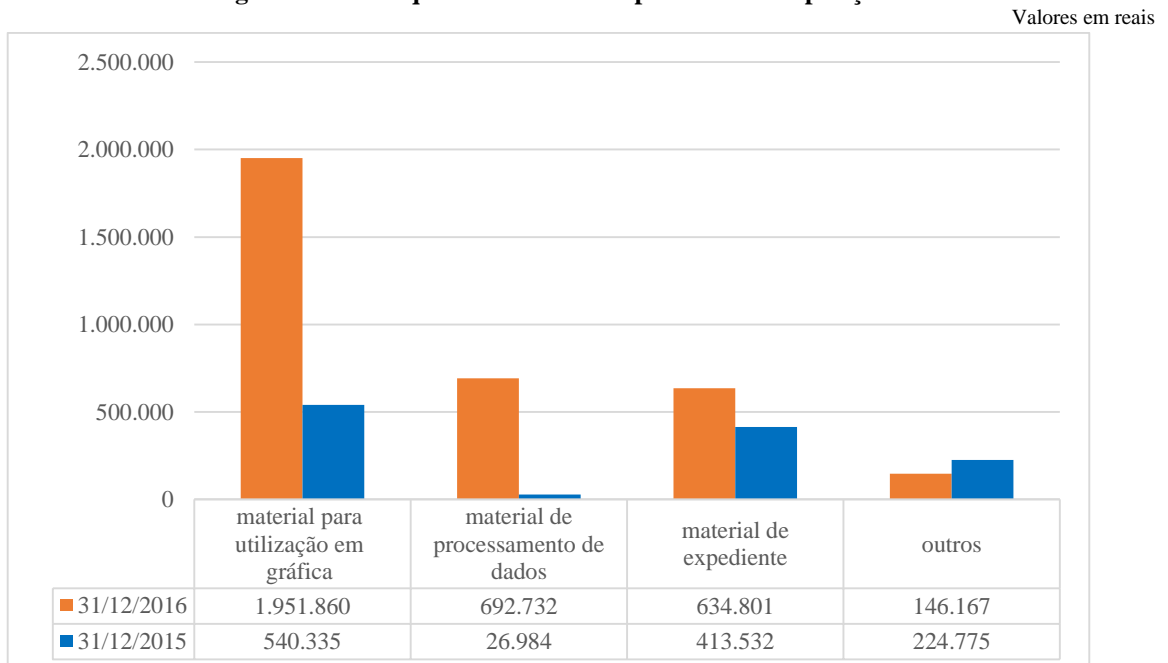


Fonte: Siafi.

▪ **Materiais de expediente**

Essa conta engloba o estoque do AMCO I da Câmara dos Deputados. Os itens mais relevantes são os relacionados a material para utilização em gráfica, material de processamento de dados e material de expediente.

Figura A3 – Estoque – material de expediente – composição



Fonte: Siafi.

Verifica-se que houve variação expressiva nos itens de material de processamento de dados (2.467%) e de material para utilização em gráfica (261%), quando se compara o exercício de 2016 com 2015, com destaque para as seguintes aquisições:

Tabela A15 – Aquisições relevantes – material de expediente

			Valores em reais
Classificação contábil	Empresa	Descrição	Valor
Material de processamento de dados	07.139.780/0001-02 – Tomada 1 Audiovisual Ltda. – EPP	Aquisição de discos ópticos regraváveis	557.998
Material para utilização em gráfica	29.976.381/0001-32 – Mulpaper Distribuidora de Papéis Ltda.	Aquisição de papel offset com alta alvura	1.333.572

Fonte: Siafi.

3.4 Nota 4 – Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber de empréstimos e financiamentos concedidos e com vencimento no longo prazo. A tabela abaixo apresenta a composição desses créditos:

Tabela A16 – Créditos e valores de longo prazo

						Valores em reais
Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	AV	AH	
Empréstimos concedidos a receber	2.698.020	2.698.020	2.387.714	41%	0%	
Financiamentos concedidos a receber – exceto FAT	3.857.137	3.857.137	3.413.517	59%	0%	
	6.555.157	6.555.157	5.801.231	100%	0%	
Ajustes de perdas em créditos de longo prazo						
(-) Ajuste de perdas empréstimos/financiamentos concedidos	(5.827.105)	(1.966.547)	(1.740.369)	-	196%	
Total	728.052	4.588.610	4.060.862	-	-84%	

Fonte: Siafi.

▪ Empréstimos e financiamentos concedidos a receber

Os valores registrados nas contas “Empréstimos” e “Financiamentos a receber” referem-se ao patrimônio do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e ao convênio celebrado nos anos de 1971 e 1972 com a extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social Limitada (Shis), cujo sucessor é o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab – DF). Em 2016, não houve a atualização desses valores devido ao ajuste para perdas efetuado.

▪ Ajustes de perdas em créditos de longo prazo

Foram realizados ajustes para perdas nos “Empréstimos” e nos “Financiamentos concedidos a receber”, pois se mostraram de difícil realização quando considerados o histórico de recebimento e o grau de envelhecimento. O ajuste para perdas dos empréstimos concedidos ao IPC foi de 100%; o ajuste do financiamento concedido ao Idhab foi de aproximadamente 81%.

3.5 Nota 5 – Demais Créditos a Longo Prazo

Trata-se de valores a receber por demais transações, com vencimentos no longo prazo, sendo composto pela seguinte conta:

Tabela A17 – Demais créditos e valores a longo prazo

					Valores em reais
Conta	Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	AH	
1.2.1.2.1.98.26	Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp	15.504.527	14.491.911	7%	

Fonte: Siafi.

O registro é decorrente de aporte a título de adiantamento de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), nos termos do Convênio de Adesão n. 2013/126, autorizado conforme a Lei n. 12.618, de 2012. Tal aporte destina-se a honrar a contribuição patronal do Legisprev.

O valor inicial do adiantamento, no valor de R\$ 12,1 milhões, foi contabilizado em 2013, sendo atualizado monetariamente, o que justifica a variação ocorrida.

3.6 Nota 6 – Imobilizado

- **Bens móveis**

Compreende os bens corpóreos que constituem meios para a produção de outros bens ou serviços. Os bens móveis desta Casa, em 31/12/2016, totalizavam R\$ 228,51 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela A18 – Bens móveis – composição

Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
				AV	AH
1.2.3.1.1.01.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	36.569.227	26.645.348	16%	37%
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática	79.168.601	73.760.363	35%	7%
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios	31.448.845	31.112.747	14%	1%
1.2.3.1.1.04.00	Material cultural, educacional e de comunicação	55.219.852	43.616.385	24%	27%
1.2.3.1.1.05.00	Veículos	961.462	2.006.470	0%	-52%
1.2.3.1.1.07.00	Bens móveis em andamento	642.137	-	0%	-
1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado	21.519.192	20.601.915	9%	4%
1.2.3.1.1.09.00	Armamentos	496.887	193.727	0%	156%
1.2.3.1.1.99.00	Demais bens móveis	2.490.147	2.342.756	1%	6%
Total		228.516.350	200.279.711	100%	14%

Fonte: Siafi.

Dos bens móveis, 59% são bens de informática e de comunicação cujo detalhamento encontra-se abaixo:

Tabela A19 – Detalhamento das contas 1.2.3.1.1.02.00 e 1.2.3.1.1.04.00

Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
				AV	
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática	79.168.601	73.760.363	35%	
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de processamento de dados	79.168.601	73.760.363	35%	
1.2.3.1.1.04.00	Material cultural, educacional e de comunicação	55.219.852	43.616.385	24%	
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	1.273.649	1.146.547	0,5%	
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	16.796	16.796	0%	
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	51.454.623	40.165.479	22,5%	
1.2.3.1.1.04.06	Obras de arte e peças para exposição	2.474.784	2.287.563	1%	

Fonte: Siafi.

Os equipamentos de processamento de dados (R\$ 79,16 milhões) e os equipamentos de áudio, foto e vídeo (R\$ 51,45 milhões) são os itens mais relevantes. Os primeiros se destacam pela importância do parque de informática para o desenvolvimento das atividades desta Casa. Já os equipamentos de áudio, vídeo e foto são necessários devido à existência de diversas mídias de telecomunicação.

- **Bens imóveis**

Os bens imóveis em uso pela Câmara dos Deputados totalizavam R\$ 969,07 milhões em 31/12/2016, conforme demonstrado a seguir.

Tabela A20 – Bens imóveis – composição

Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
				AV	AH
1.2.3.2.1.01.00	Bens de uso especial registrados no SPIUnet	842.128.957	647.618.436	87%	30%
1.2.3.2.1.01.01	Imóveis residenciais/comerciais	516.563.213	390.061.060	53%	32%
1.2.3.2.1.01.02	Edifícios	315.067.479	249.222.909	33%	26%
1.2.3.2.1.01.03	Terrenos/glebas	6.418.905	5.440.008	1%	18%
1.2.3.2.1.01.04	Armazéns/galpões	4.079.360	2.894.459	0%	41%
1.2.3.2.1.06.00	Bens imóveis em andamento	115.356.874	158.756.665	12%	-27%
1.2.3.2.1.06.01	Obras em andamento	115.319.852	158.756.665	12%	-27%
1.2.3.2.1.06.05	Estudos e projetos	37.022	0	0%	-
1.2.3.2.1.07.00	Instalações	11.584.962	25.160.702	1%	-54%
Total		969.070.793	831.535.803	100%	17%

Fonte: Siafi.

A conta de imóveis residenciais/comerciais registra principalmente os apartamentos funcionais destinados à moradia de parlamentares. As contas de “Edifícios”, “Terrenos/glebas” e “Armazéns/galpões” registram imóveis relacionados à execução da atividade-fim do órgão.

As variações positivas estão relacionadas à atualização de valores históricos dos imóveis (R\$ 113.877.004,00) e à incorporação de benfeitorias, obras ou reformas aos imóveis (R\$ 23.890.385,00).

- **Conciliação do valor contábil – bens móveis e imóveis**

O saldo de bens móveis sofreu alterações em virtude de aquisições, reavaliação, baixas por leilão e por doação, e encargos de depreciação. Já as alterações no saldo dos bens imóveis decorrem, principalmente, de atualização dos valores históricos. Tais alterações estão detalhadas a seguir:

Tabela A21 – Conciliação do valor contábil

Itens	Valores em reais	
	Bens móveis	Bens imóveis
Saldo em 31/12/2015	200.279.711	831.535.804
Adições	30.593.331	23.890.385
Baixas	(1.050.179)	-232.399
Reversão de depreciação acumulada	(1.538.887)	
Reavaliação líquida	232.374	113.877.004
Saldo em 31/12/2016 (I)	228.516.350	969.070.793
Depreciação acumulada		
Saldo em 31/12/2015	(57.550.297)	(425.588)
Encargo de depreciação	(24.199.626)	(1.200.326)
Reversão de depreciação acumulada	1.538.887	-
Saldo em 31/12/2016 (II)	(80.211.036)	(1.625.914)
Valor contábil (I + II)	148.305.314	967.444.879

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.7 Nota 7 – Intangível

O valor total de intangível é formado exclusivamente de aquisições de licenças de *software*. Dentre as licenças adquiridas, destacam-se as soluções de gerenciamento de Datacenter, Business Objects e Backup (LanLink Informática Ltda. e Vert Soluções em Informática), licenças de uso do Adobe (MCR Sistemas de Consultoria Ltda.) e licenças para uso do programa Microsoft Office 365 (Brasoftware Informática Ltda.).

A variação positiva mais expressiva é decorrente da renovação de licenças do *software* Adobe (MCR Sistema e Consultoria Ltda.). Além disso, houve a apropriação de encargos de amortização no valor de R\$ 4.942.492,00.

3.8 Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações, décimo terceiro salário, férias e encargos previdenciários:

Tabela A22 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo – composição
Valores em reais

Pessoal a pagar	31/12/2016	31/12/2015	AV	AH
Salários, remunerações e benefícios	1.490.984	2.105.181	27%	-29%
Férias a pagar	4.084.614	0	73%	-
Total	5.575.598	2.105.181	100%	165%

Fonte: Siafi.

O valor mais relevante trata-se de apropriações por competência de passivos decorrentes do adicional de 1/3 de férias da folha de pagamento. Tais registros consistem no reconhecimento das obrigações da entidade em relação ao trabalhador, em função do mês trabalhado.

3.9 Nota 9 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de fornecedores por multas aplicadas, contribuições e impostos a recolher, depósitos e cauções recebidos, conforme demonstrado a seguir.

Tabela A23 – Demais obrigações a curto prazo – composição

Composição	31/12/2016	31/12/2015	AV	AH
Obrigações por danos a terceiros	0	11.803	0%	-100%
Consignações	5.847.229	4.259.355	58%	37%
INSS	0	75.241	0%	-100%
Impostos e contribuições diversos devidos	0	207.040	0%	-100%
ISS	0	45.742	0%	-100%
Depósitos retidos de fornecedores	5.847.229	3.931.332	58%	49%
Depósitos não judiciais	4.212.832	6.122.046	42%	-31%
Depósitos e cauções recebidos	1.512.669	1.599.501	15%	-5%
Depósitos de terceiros	2.700.163	4.522.545	27%	-40%
Outras obrigações a curto prazo	35.931	263.141.328	0%	-100%
Indenizações, restituições e compensações	25.593	2.695.593	0%	-99%
Saque – cartão de pagamento do governo	10.338	6.440	0%	61%
Cota recebida diferida	0	260.439.295	0%	-100%
Total	10.095.992	273.534.532	100%	-96%

Fonte: Siafi.

▪ **Depósitos retidos de fornecedores**

Essa conta registra os valores de obrigações decorrentes de valores retidos e/ou bloqueados de fornecedores em função de aplicação de multas por descumprimentos de contratos, bloqueios por falta de comprovação de pagamentos a funcionários, descontos referentes a reembolsos de passagens aéreas, entre outros. A seguir, é apresentada a tabela com os valores mais representativos nessa conta:

Tabela A24 – Depósito retidos de fornecedores

Fornecedor	Valores em reais	
	2016	AV
Sony Brasil Ltda.	3.080.342	52,7%
Plansul Planejamento e Consultoria	977.752	16,7%
Cetro RM Serviços Ltda.	421.365	7,2%
Eletrodata Engenharia Ltda.	157.535	2,7%
Fortaleza – Serviços Empresariais Ltda. – EPP	141.795	2,4%
Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda.	93.536	1,6%
Premiere Consultoria e Terceirização de Serviços	81.331	1,4%
Outros	893.573	15%
Total	5.847.229	100%

Fonte: Siafi.

▪ **Cota recebida diferida**

A partir do ano de 2016, o valor dos recursos diferidos passou a ser registrado apenas em conta de controle (“Disponibilidade de Cota Recebida” – 8.9.4.2.1.01.00) e não mais em conta de passivo (“Cota Recebida Diferida” – 2.1.8.9.2.39.01), o que justifica a variação ocorrida.

3.10 Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 2015, o valor apurado no processo de inscrição do diferido, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi de R\$ 260.439.295,00. No entanto, o valor correto que deveria ter sido inscrito seria de R\$ 133.446.216,00. O registro foi regularizado à conta de ajuste de exercícios anteriores em janeiro de 2016, o que explica a variação ocorrida.

3.11 Nota 11 – Atos Potenciais Ativos

O saldo dos atos potenciais ativos é composto principalmente das garantias apresentadas nas modalidades de fiança bancária e de seguro garantia, cujo objetivo é garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas nos contratos celebrados com a Câmara dos Deputados. Ressalta-se que somente são recebidos os seguros garantia de seguradoras registradas junto à Superintendência de Seguros Privados (Susep), e as fianças emitidas por entidades financeiras cadastradas no Banco Central do Brasil. Abaixo, detalhamento das garantias apresentadas, agrupadas por empresas:

Tabela A25 – Garantias recebidas a executar

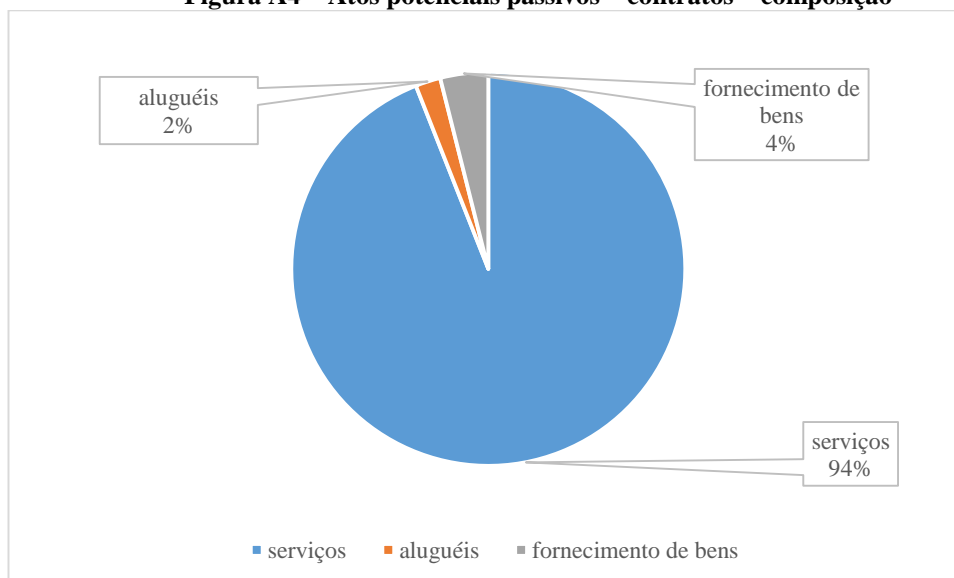
Empresas	Valores em reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.	7.854.998	5.907.494
Porto Belo Engenharia e Comercio Ltda.	4.190.585	4.190.585
GCE S.A.	3.999.811	3.999.812
Planalto Service Ltda.	2.693.407	2.799.094
Real Jg – Serviços Gerais Ltda.	2.445.873	1.402.278
Cetro Rm Servicos Ltda.	1.720.937	44.216
Santa Helena Segurança Total S.A.	1.593.275	1.593.275
Mer Sistemas e Consultoria Ltda.	1.258.101	1.258.101
Eqs Engenharia Ltda.	1.121.982	548.793
Construtora Atlanta Ltda.	1.118.531	1.118.531
Outras garantias recebidas a executar	18.930.898	15.280.555
Total	46.928.398	38.142.734

Fonte: Siafi.

3.12 Nota 12 – Atos Potenciais Passivos

O saldo de atos potenciais passivos (conta 8.1.2.3.1.00.00) compreende principalmente os contratos a executar, os quais se subdividem em contratos de fornecimento de bens, aluguéis e serviços.

Figura A4 – Atos potenciais passivos – contratos – composição



Fonte: Tesouro Gerencial.

Os contratos de serviços respondem por 94% do universo dos ajustes registrados. A tabela abaixo relaciona os fornecedores com os maiores valores contratados.

Tabela A26 – Contratos a executar

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Econômica Federal	264.589.136	521.919.624
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	37.501.636	22.144.154
Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	33.417.641	39.028.965
CEB Distribuição S.A.	28.886.156	18.232.042
Oi S.A. – em recuperação judicial	21.289.371	21.281.861
Real Jg Serviços Gerais Eireli	15.146.888	15.094.391
Cetro Rm Serviços Ltda.	14.272.003	877.543
Brasfort Administração e Serviços Ltda.	14.133.824	15.864.781
Secretaria Especial de Editoração e Publicações	13.500.000	13.500.000
Cidade Serviços e Mão de Obra Especializada Ltda.	12.009.097	5.041.725
Outros fornecedores	288.571.013	277.244.420
Total	743.316.765	950.229.507

Fonte: Siafi.

Observa-se que a Caixa Econômica Federal se destaca dentre os demais. Os contratos a executar da Câmara com essa instituição financeira se referem ao Convênio n. 145/2015, cujo objeto é a mútua cooperação para a execução e aprimoramento dos respectivos planos de saúde e compartilhamento da rede de credenciados da Caixa para o plano de saúde oferecido pelo órgão a seus servidores.

3.13 Nota 13 – Transferências e Delegações Recebidas

▪ Transferências intragovernamentais

Observa-se na tabela abaixo que quase a totalidade das transferências são recursos recebidos pela Câmara decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.

Tabela A27 – Transferências intragovernamentais – composição

Composição	Valores em reais	
	31/12/2016	
Cota recebida	5.263.850.099	
Outras	75.307	
Total	5.263.925.406	

Fonte: Siafi.

3.14 Nota 14 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Aqui, destaca-se a baixa de cota diferida, como se observa na tabela abaixo.

Tabela A28 – Principais fatos

Fatos	Valores em reais	
	Valor	AV
Baixa de cota diferida	133.446.216	98,82%
Outros	1.597.867	1,18%
Total	135.044.083	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.15 Nota 15 – Remuneração de Pessoal e Encargos Patronais

No exercício de 2016, o total de despesas registradas nesse item totalizou cerca de R\$ 2,7 bilhões. Na sequência, apresenta-se a tabela com as principais rubricas.

Tabela A29 – Pessoal e encargos sociais – composição

Rubricas	Valores em reais	
	31/12/2016	AV
Gratificações	1.515.869.587	55,97%
Vencimentos e salários	520.057.552	19,20%
Contribuições previdenciárias	427.439.803	15,78%
13º Salário	167.670.953	6,19%
Férias	48.266.984	1,78%
Outros	29.069.624	1,07%
Total	2.708.374.503	100%

Fonte: Siafi

3.16 Nota 16 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção da Casa. Essas variações, em 31/12/2016, totalizaram R\$ 558,89 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela A30 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – composição

Composição	Valores em reais				
	31/12/2016	31/12/2015	AV	AH	
Uso de materiais de consumo	10.711.295	13.122.158	2%	-18%	
Serviços	517.842.034	391.889.966	93%	32%	
Depreciação, amortização e exaustão	30.342.444	26.429.640	5%	15%	
Total	558.895.773	431.441.764	100%	-30%	

Fonte: Siafi.

- **Serviços**

Na tabela abaixo, observa-se que 97,9% do total de serviços foram prestados por pessoas jurídicas e que os serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, os serviços técnicos profissionais e os serviços de transporte, passagem, locação e hospedagem representam 88% desse total.

Tabela A31 – Serviços – detalhamento

Detalhamento	Valores em reais		
	31/12/2016	31/12/2015	AV
Diárias	4.104.964	4.218.030	0,8%
Serviços de terceiros – pessoa física	5.388.937	5.542.757	1,0%
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	506.976.252	381.633.147	97,9%
Serviços de apoio adm. técnico e operacional	273.564.329	180.651.165	52,8%
Serviços técnicos profissionais	112.617.584	66.099.985	21,8%
Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem	69.365.482	57.940.180	13,4%
Serviços de comunicação, gráfico e audiovisual	24.119.497	21.050.773	4,7%
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros	21.783.170	16.591.474	4,2%
Outros serviços	5.526.190	39.299.570	1%
Serviços de terceiros – pessoa jurídica intra	1.371.881	496.032	0,3%
Total	517.842.034	391.889.966	100%

Fonte: Siafi.

A tabela abaixo apresenta os principais prestadores de serviços nessas rubricas:

Tabela A32 – Principais prestadores de serviços – pessoa jurídica – 2016

Conta	Prestador	Natureza do serviço	Valores em reais
			Valor
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	Locação de mão de obra	106.777.184
	Planalto Service Ltda.		19.516.126
	Cetro RM Serviços Ltda.		19.043.420
	Life Defense Segurança Ltda.		17.103.427
Serviços técnicos profissionais	Caixa Econômica Federal	Serviço médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	103.869.116
Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem	TAM Linhas Aéreas S.A.	Passagens aéreas	29.866.337
	GOL Linhas Aéreas S.A.		14.462.435
Total			310.638.045

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial.

3.17 Nota 17 – Transferências e Delegações Concedidas

- **Transferências intragovernamentais**

Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária, e de bens e valores. Em 2016, totalizaram R\$ 76,87 milhões, conforme demonstrado a seguir.

Tabela A33 – Transferências intragovernamentais – composição

Conta	Descrição	Valores em reais	
		31/12/2016	AV
3.5.1.1.2.00.00	Transferências concedidas para a execução orçamentária intraorçamentária	76.449.919	99,5%
3.5.1.1.2.02.00	Repasse concedido	448.021	0,6%
3.5.1.1.2.08.00	Devolução do diferido (cota devolvida)	76.001.898	98,9%
3.5.1.2.2.00.00	Transferências concedidas – intraorçamentária	426.036	0,5%
3.5.1.2.2.01.00	Transferências concedidas para pagamento de restos a pagar	16.635	0,0%
3.5.1.2.2.03.00	Movimento de saldos patrimoniais	409.401	0,5%
Total		76.875.955	100%

Fonte: Siafi.

O item mais relevante (98,9%) se refere à devolução de cota diferida ao órgão central de programação financeira pelos seguintes motivos: ajuste da cota financeira a programar ao orçamento aprovado (R\$ 35 milhões) e bloqueio financeiro interno para atender remanejamento orçamentário (R\$ 41 milhões).

3.18 Nota 18 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

A variação patrimonial diminutiva de maior relevância neste grupo (98%) trata dos ressarcimentos decorrentes da cota para o exercício da atividade parlamentar dos deputados federais, no valor de R\$ 174,26 milhões.

3.19 Nota 19 – Créditos Adicionais

O montante aprovado inicialmente no orçamento para 2016 foi de R\$ 5,27 bilhões. Esse valor é menor que o aprovado para 2015 (R\$ 5,36 bilhões). Os cortes ocorreram nos grupos “Investimentos” e “Outras despesas correntes”.

Nesse sentido, no intuito de auferir o quantitativo de recursos necessários ao regular funcionamento do órgão, foram aprovados créditos adicionais no decorrer do exercício, tendo sido acrescido em R\$ 82,6 milhões o total de créditos orçamentários. As fontes para abertura desses créditos foram as seguintes: a) anulação de outros créditos já consignados ao órgão (R\$ 107,49 milhões); b) excesso de arrecadação (R\$ 24,7 milhões), e c) anulação de reserva de contingência (R\$ 57,9 milhões). A tabela abaixo demonstra as principais alterações orçamentárias ocorridas no decorrer do exercício.

Tabela A34 – Alterações orçamentárias

Ato	Valores em reais		
	Pessoal e encargos sociais	Outras despesas correntes	Investimentos
Portaria n. 12, de 13/5/2016	-16.000.000	16.000.000	-
Portaria n. 19, de 23/8/2016	-	-1.719.000	1.719.000
Portaria n. 19, de 23/8/2016	-	43.793.531	-43.793.531
MP n. 750, de 1º/11/2016	-	24.701.537	-
Portaria n. 24, de 23/11/2016	-	-14.856.000	14.856.000
Decreto de 24/11/2016	54.408.654	-	-
Portaria n. 36, de 9/12/2016	-31.123.321	31.123.321	-
Decreto de 19/12/2016	3.507.086	-	-
Total	10.792.419	99.043.389	-27.218.531

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

3.20 Nota 20 – Receitas Correntes

O montante de receitas previsto para arrecadação direta por este órgão representa 0,23% do total de recursos necessários para financiar os créditos orçamentários aprovados na LOA. Na execução orçamentária observou-se excesso de arrecadação de R\$ 60,6 milhões com destaque para a rubrica “valores mobiliários”, que compreende receitas de juros sobre recursos aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional.

No decorrer do exercício ocorreu a aprovação de créditos adicionais para financiar despesas imprescindíveis ao funcionamento da Casa. Parte dos recursos necessários à abertura dos créditos adicionais (R\$ 24,7 milhões) é proveniente de excesso de arrecadação; a outra parte é proveniente de anulação de reserva de contingência.

Parte do excesso de arrecadação (R\$ 24,7, milhões) foi utilizada como fonte para abertura de crédito extraordinário por meio da Medida Provisória n. 750, de 1º de novembro de 2016. Tal abertura de créditos se fez necessária para custear despesas administrativas da Casa, tendo em vista que ocorreram cortes na aprovação da Lei Orçamentária de 2016 quando comparado com o exercício de 2015.

3.21 Nota 21 – Pessoal e Encargos Sociais

O grupo “Pessoal e encargos sociais” representa 81,93% do total da despesa empenhada. Foi liquidado e pago 99,96% desse total. Esse grupo compreende despesas como vencimentos, salários, proventos e subsídios, gratificações, funções comissionadas e pensões com parlamentares, servidores ativos, aposentados e pensionistas. Os valores liquidados e pagos a título de pessoal e encargos sociais estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela A35 – Execução de pessoal e encargos sociais

Rubricas	Valores em reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Servidores efetivos	1.456.204.345	1.516.864.940
Servidores aposentados	1.172.833.525	1.064.426.692
Secretários parlamentares	770.427.014	736.501.239
Pensionistas de servidores	280.788.172	265.267.163
Parlamentares	280.383.660	294.889.558
Cargos de natureza especial	204.158.146	197.791.276
Parlamentares aposentados	86.473.866	85.655.164
Pensionistas de parlamentares	50.280.646	46.294.287
Total	4.301.549.374	4.207.690.319

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

3.22 Nota 22 – Outras Despesas Correntes

O grupo “Outras despesas correntes” corresponde a 17,50% das despesas empenhadas, sendo que 95,94% desse total foram pagas. A tabela abaixo demonstra as principais naturezas de despesa componentes do grupo “Outras despesas correntes”.

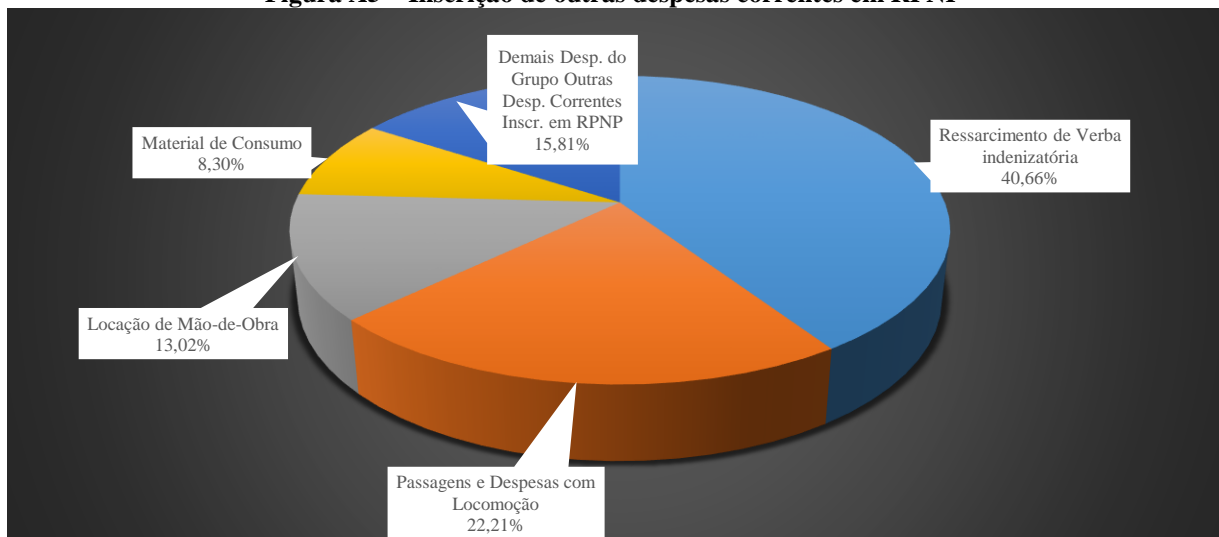
Tabela A36 – Execução de outras despesas correntes: principais naturezas de despesa/natureza de despesa detalhada

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2016	AV
Locação de mão de obra	245.436.685,08	26,70%
Ressarcimento de verba indenizatória	170.528.304,08	18,55%
Auxílio-alimentação	169.929.121,74	18,49%
Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	106.382.456,35	11,57%
Passagens e despesas com locomoção	68.455.680,59	7,45%
Ressarcimento assistência médica/odontológica	25.898.499,66	2,82%
Auxílio-creche	25.881.076,15	2,82%
Material de consumo	15.410.317,06	1,68%
Energia elétrica	14.818.833,48	1,61%
Demais despesas do grupo outras despesas correntes	76.469.701,88	8,32%
Total	919.210.676,07	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Do montante empenhado no grupo “Outras despesas correntes”, R\$ 34,8 milhões foram inscritos em restos a pagar não processados (RPNP). Este montante representa 3,79% do total empenhado no grupo. O item mais representativo inscrito em RPNP é “Ressarcimento de verba indenizatória” (cota para o exercício da atividade parlamentar), com o montante inscrito de R\$ 14,19 milhões. O gráfico abaixo demonstra os principais itens inscritos em RPNP.

Figura A5 – Inscrição de outras despesas correntes em RPNP

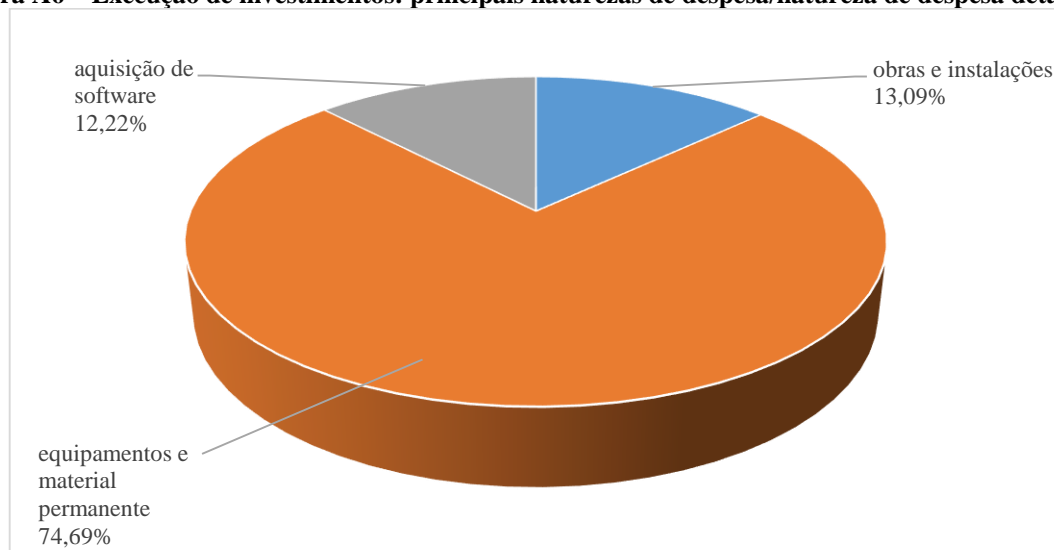


Fonte: Tesouro Gerencial.

3.23 Nota 23 – Investimentos

As despesas com investimentos representam 0,56% da despesa empenhada. Foi liquidado e pago 74,02% desse total. O item mais representativo é “Aquisição de equipamentos e material permanente”, sendo as despesas com aquisição de equipamentos de processamento de dados as mais expressivas, representando 49,83% de toda a despesa com investimentos. A empresa Dell Computadores do Brasil Ltda. é o maior fornecedor do grupo investimentos com o montante empenhado de R\$ 13,4 milhões.

Figura A6 – Execução de investimentos: principais naturezas de despesa/natureza de despesa detalhada



Fonte: Tesouro Gerencial.

3.24 Nota 24 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Para esta análise, foram elaboradas as tabelas A37 e A38, que especificam o período de inscrição dos restos a pagar e destacam os restos a pagar não processados que foram liquidados no decorrer de 2016 e reinscritos como processados.

▪ Execução de restos a pagar não processados (RPNP)

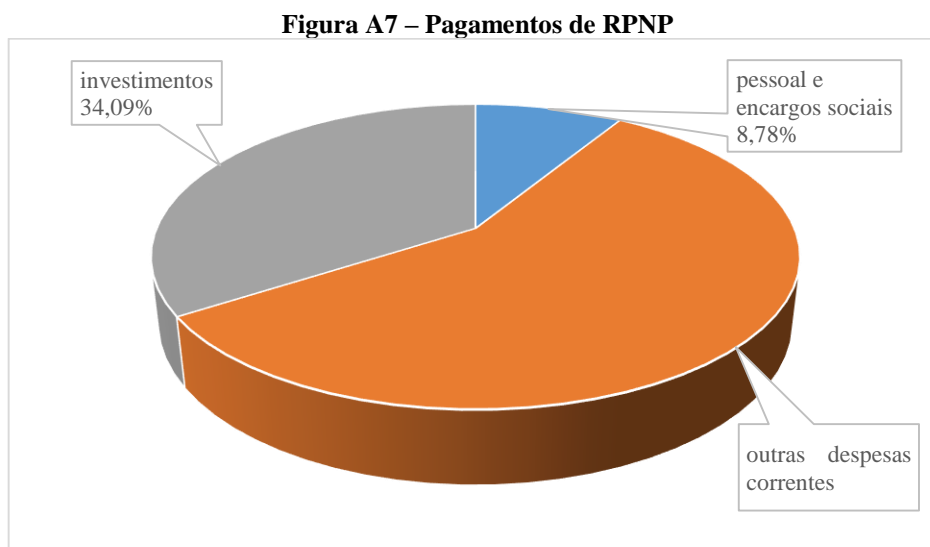
Do montante inscrito em restos a pagar não processados ao final de 2015 (R\$ 419,3 milhões), R\$ 111,4 milhões foram pagos e R\$ 288 milhões foram cancelados durante o exercício de 2016. Os pagamentos representaram 26,57%, e os cancelamentos, 68,68%, com um saldo remanescente de 4,7% do valor existente no início do exercício. Além disso, de todos os valores de RPNP liquidados no decorrer do exercício, 99,90% foram pagos.

Tabela A37 – Restos a pagar não processados a liquidar

Ano de inscrição	Montante 31/12/2015	Pagamento	Cancelamento	RPNP reinscrito como processado	Valores em reais
					Saldo 31/12/2016
2007	69.741.679	-	69.741.679	-	-
2008	70.670.305	-	70.670.305	-	-
2009	57.994.522	-	57.994.522	-	-
2010	58.668.099	1.620	58.569.270	-	97.208
2011	10.394	2.022	-	-	8.372
2012	244.500	6.180	105.957	-	132.364
2013	3.472.119	2.296.082	82.207	-	1.093.830
2014	30.552.677	14.927.126	11.307.095	93.536	4.224.920
2015	127.972.847	94.176.325	19.535.088	10.868	14.250.566
Total	419.327.142	111.409.355	288.006.123	104.404	19.807.260

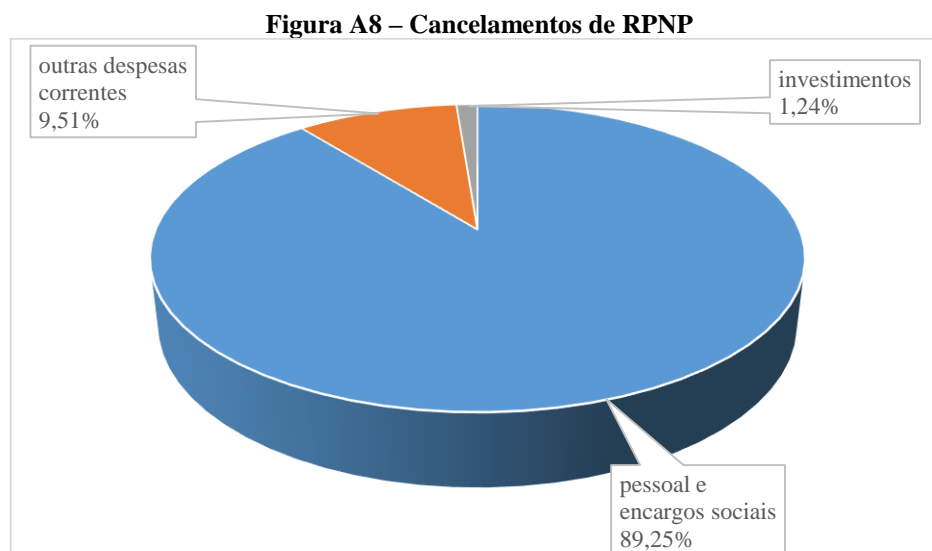
Fonte: Siafi.

Em relação aos pagamentos de RPNP, o grupo “Outras despesas correntes” é o mais expressivo, representando 57,12% de todo o montante pago, conforme se observa na figura abaixo.



Fonte: Siafi

Em relação aos valores cancelados, o grupo “Pessoal e encargos sociais” é o item mais expressivo, representando 89,25% de todo o montante cancelado. O gráfico abaixo demonstra as proporções de cancelamentos de RPNP.



Fonte: Siafi.

▪ Execução de restos a pagar processados

No decorrer do exercício, ocorreu o pagamento de 47,65% do conjunto de restos a pagar processados que inicialmente era de R\$ 9,2 milhões. Outros R\$ 104 mil que pertenciam ao conjunto de restos a pagar não processados foram liquidados durante o exercício e reinscritos como restos a pagar processados.

Parte do montante ainda pendente de pagamento (aproximadamente 69,4%) refere-se a valores retidos de fornecedores por descumprimento de contratos, os quais somente serão pagos após a conclusão do devido processo administrativo. Dentre estas entidades credoras da Câmara, a empresa Sony Brasil Ltda. é a mais representativa, com R\$ 3,08 milhões retidos.

Tabela A38 – Restos a pagar processados

Valores em reais

Ano de inscrição	Montante 31/12/2015	Pagamentos	RPNP reinscrito como processado	Saldo 31/12/2016
2006	4.014	4.014	-	-
2007	191	-	-	191
2010	757	-	-	757
2011	26.857	-	-	26.857
2012	24.532	-	-	24.532
2013	3.177.071	7.406	-	3.169.665
2014	1.941.761	373.543	93.536	1.661.754
2015	4.096.097	4.032.429	10.868	74.536
Total	9.271.280	4.417.392	104.404	4.958.292

Fonte: Siafi.

3.25 Nota 25 – Transferências Concedidas (DFC)

Compreende as transferências de recursos no âmbito de um mesmo ente da federação (transferências intragovernamentais) e as outras transferências concedidas, como se observa abaixo:

Tabela A39 – DFC – Transferências concedidas – detalhamento

Valores em reais

Modalidade de aplicação	Descrição	31/12/2016	AV
	Intragovernamentais		
91	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS	429.134.477	99,80%
	Outras transferências concedidas	874.069	0,20%
50	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	14.000	0%
80	Transferências ao exterior	860.069	0,20%
Total		430.008.546	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Do total das transferências intragovernamentais, 99,65% referem-se a operações intraorçamentárias destinadas ao recolhimento de contribuições previdenciárias dos segurados e encargos patronais, conforme demonstrado a seguir.

Tabela A40 – Principais eventos

Valores em reais

Eventos	Valor	AV
Contribuições previdenciárias dos segurados e encargos patronais (INSS e PSSS/PSSC)	427.627.750	99,65%
Confecção de publicações oficiais (Fundo Especial do Senado Federal)	875.767	0,20%
Participação em cursos e outros (Esaf, Enap e UnB)	284.137	0,07%
Publicação de matérias no <i>Diário Oficial da União</i> (Fundo de Imprensa Nacional)	211.474	0,05%
Direito de uso de radiofrequência (Fistel)	132.159	0,03%
Outros	3.190	0,00%
Total	429.134.477	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.